

POLÍTICA

CLIMA DE GUERRA

Governo vai analisar caso dos três aliados que votaram contra reforma

Deputado do PMDB espera não sofrer retaliação por não apoiar mudança na previdência

GABRIELA COUTO

O líder do governo na Assembleia Legislativa, deputado estadual Beto Pereira, afirmou que será analisada a situação de cada um dos três deputados da base aliada que votaram contra a reforma da previdência na sessão de terça-feira (28). O parlamentar se refere aos votos de Paulo Siufi (PMDB), Coronel David (PSC) e Lídio Lopes (PEN). Além disso, tiveram os deputados “fujões”, como Grazielle Machado (PR), Maurício Picarelli e Felipe Orro, os dois são do PSDB, partido do governador Reinaldo Azambuja.

“O governo vai medir caso a caso. O PMDB, por exemplo, fechou questão com a base. Aí, cabe ao PMDB ver o que vai fazer com o Siufi também”, explicou Beto. Em relação ao Coronel David, por exemplo, o tucano fez questão de frisar o retorno do titular da vaga, o secretário estadual de Justiça e Segurança Pública, Barbosinha (PSB). “Isso já vem sendo mencio-

“

Se tivermos de tomar outras medidas para Mato Grosso do Sul não sucumbir, vamos tomar”

Reinaldo Azambuja (PSDB), governador

nado pelo governador há muito tempo. O Coronel David é suplente e sabe que terá de sair”, destacou.

Paulo Siufi declarou que seu voto não será motivo para sofrer uma retaliação. “Acho que o governador atual tem relação muito boa com os deputados e não faria uma ação nefasta. Concorro que o desfazimento da massa é prejudicial. No entanto, nunca tinha visto uma manifestação como esta. Pode



ÁLVARO REZENDE/ARQUIVO

SESSÃO. Beto deixou nas mãos do governo o problema dos rebeldes

repercutir de alguma forma, mas não sei como [nas próximas eleições]”, afirmou.

Já Lídio Lopes acredita que todos votaram com sua convicção, sem pensar se isso refletiria nas eleições do ano que vem. “Cada um sabe

onde aperta mais o cinto”, acrescentou, referindo-se aos votos dos servidores. Teve deputado estadual que evitou conversar com a imprensa. “Sobre esse assunto eu não falo”, disse Paulo Corréa (PR).

Alguns decidiram ponderar a situação. “O futuro a Deus pertence. O homem que estivesse no governo pagaria o preço. Não se desmoralizar de não pagar os aposentados. Ele teve coragem. O preço político o tempo vai dizer. Mas acho que ele fez o que deveria fazer”, ressaltou Zé Teixeira (DEM), que ainda disse estar se sentindo responsável pela situação, por ter votado o tema nos mandatos passados. “Até eu tenho culpa, porque participei disso”.

Tentando justificar a matéria, o líder do PSDB, Rinaldo Modesto, disse que aguardará. “O tempo é a resposta de todas as coisas. O tempo mostrará se a população vai entender que o governo passa por mudanças para o bem, para evitar situações como a do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que estão parcelando os salários”.

Sobre o desgaste da gestão, apenas a bancada petista confirmou que será mais do que natural. “O governo errou demais. Enviou uma reforma sem saber o que aconteceria

a nível nacional. Foi autoritário e não debateu com os servidores”, disse Pedro Kemp. Para Cabo Almi, os reflexos serão sentidos no dia a dia. “Quem decidirá se os deputados vão voltar é a própria sociedade. Hoje, o governo e a base saíram muito desgastados. O governador Reinaldo Azambuja, desde que assumiu, não chegou a uma matéria que pudesse justificar. Só houve arrocho”.

O GOVERNADOR

A argumentação do governador Reinaldo Azambuja continua afirmando que houve necessidade de passar a reforma. “A gente entende que essas pautas menos populares às vezes não têm adesão total, mas não mudam nada. Da minha parte, não vou deixar nenhuma atitude que acho necessária para Mato Grosso do Sul ter equilíbrio porque é popular ou não. Não lido com popularidade, lido com responsabilidade”. (Colaborou Yarima Mecchi)

PRÉ-CANDIDATOS

Azambuja aumenta prazo para os secretários pedirem demissão

VALDENIR REZENDE



TROCA. Azambuja pretende mudar a equipe até janeiro e defende Alckmin para comandar o PSDB

TAVANE FERRARESI
YARIMA MECCHI

O governador Reinaldo Azambuja (PSDB) aumentou o prazo para os secretários estaduais que desejam disputar a eleição deixarem o governo. Antes, eles deveriam sair do comando das pastas até o início de dezembro, mas agora eles poderão continuar até janeiro do ano que vem. “A nossa previsão é entre dezembro e o início de janeiro”, disse o governador ontem, durante solenidade de instalação da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Mato Grosso do Sul.

No momento, manifestaram disposição de concorrer nas eleições do ano que vem os secretários de governo, Eduardo Riedel, de Infraestrutura, Ednei Marcelo Miglioli, e de Justiça e Segurança Pública, José Carlos Barbosa, o Barbosinha. Segundo o go-

vernador, a ideia é que os secretários deixem o alto escalão antes da data prevista para desincompatibilização. (A legislação eleitoral estabelece que detentores de cargos públicos devem se descompatibilizar até seis meses antes do pleito, ou seja, em abril).

O objetivo, conforme Azambuja, é iniciar o ano de 2018 com a nova equipe definida “cada um em seu lugar”. “Nosso interesse é continuar cuidando daquilo que é o mais importante para nós, que é o interesse da população de Mato Grosso do Sul e as entregas que precisamos continuar fazendo a todo o Estado”.

Em relação aos possíveis substitutos, Azambuja preferiu não tecer comentários. Ele apenas sinalizou que não está acertada a nomeação do deputado estadual Coronel David (PSC) no lugar de Barbosinha. “Quem nomeou o David foram vocês (imprensa). Barbosinha conversou comigo sobre

a possibilidade de ele sair em janeiro. Estamos avaliando o melhor momento”, declarou.

PSDB NACIONAL

Sobre a eleição no dia 9, que elegerá o novo dirigente nacional do PSDB, Azambuja disse aprovar o nome do governador de São Paulo, Geraldo Alckmin. Na segunda-feira, o senador Tasso Jereissati (CE) e o governador de Goiás, Marconi Perillo, desistiram da disputa e, com o gesto, abriram caminho para o governador de São Paulo assumir a legenda.

Para Azambuja, Alckmin trará a unificação necessária para fortalecer e harmonizar o ninho tucano. “O PSDB estava fugindo de questões como a reforma da previdência e outras necessárias ao País. Precisamos na política, acima de tudo, de pessoas equilibradas, honradas e honestas. Esses predicanos o Geraldo tem”, declarou.

INFORME PUBLICITÁRIO

MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DO MATO GROSSO DO SUL

A **Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE**, entidade representativa dos profissionais do setor público da educação básica brasileira, torna público o seu **REPÚDIO ao Governo do Estado do Mato Grosso do Sul e à sua Assembleia Legislativa** que, no dia 28 de novembro, sob uma violência descomunal perpetrada contra os trabalhadores, fizeram aprovar uma Reforma da Previdência estadual.

Sob a falsa alegação de que é necessário combater um suposto déficit na previdência estadual, o governador de Mato Grosso do Sul Reinaldo Azambuja, do PSDB, reproduziu no Estado o pacote de maldades do governo federal, replicando para dentro de sua gestão governamental os mesmos preceitos da proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo governo golpista e corrupto de Michel Temer, que ataca solenemente o direito à aposentadoria dos trabalhadores do setor público e do privado.

O projeto aprovado pelos deputados estaduais no dia 28 de novembro, impactará na vida de mais de 70 mil funcionários públicos, entre ativos, aposentados e pensionistas e, a exemplo da proposta de reforma sugerida pelo governo federal, segue na mesma direção de aumentar a alíquota de contribuição dos servidores e de impor ao conjunto dos trabalhadores públicos do Estado uma Previdência Complementar privada.

É claro que o ambiente pernicioso a qual o Brasil foi submetido desde o golpe parlamentar/jurídico/midiático sofrido em 2016 fornece a todos os entes da Federação o mau exemplo de como se deve fazer para maltratar os trabalhadores. O argumento usado pelo governo tucano de Mato Grosso do Sul repisa a cantilena de que é necessário reduzir o déficit da previdência estadual. Não é de hoje que os/as educadores/as do Estado exigem uma investigação para se apurar esse alarmado déficit. O que se sabe, no entanto, é que o governo do Estado insiste e aposta na falta de transparência.

É por isso que os/as educadores/as brasileiros/as apoiam de forma veemente a luta dos/as trabalhadores/as em educação do Estado do Mato Grosso do Sul que, no dia de hoje, em mais uma demonstração de unidade e força, ocuparam a Assembleia Legislativa do Estado para tentar impedir a votação desse malfadado projeto. Não foi possível, infelizmente. **A avalanche na retirada de direitos não constrange mais aqueles que se dizem representantes do povo.** E não constrange porque eles representam somente a si mesmos e aos interesses de quem os financiou em campanha ou financia no mandato. Repudiamos a aprovação desse projeto e não nos furtaremos em tornar público, por todos os meios necessários, a identidade daqueles que traíram o povo sul-mato-grossense.

Brasília, 28 de novembro de 2017

Diretoria Executiva da CNTE

Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação

CNPJ 03.995.297/0001-80